AS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL E A EMIGRAÇÃO. ENQUADRAMENTO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO DA 1.ª METADE DO SÉCULO XX

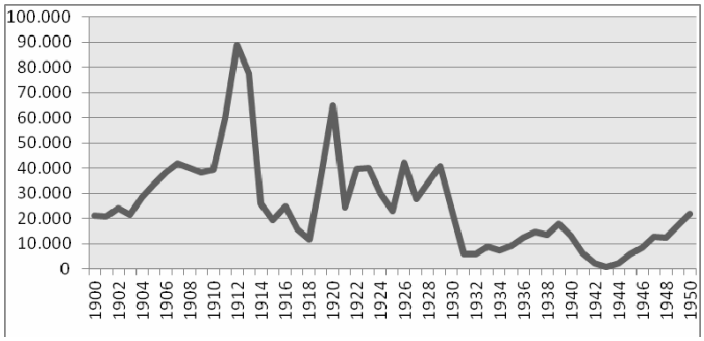
Paula Marques Santos

Contextualização

O fenómeno migratório luso para o Brasil na primeira metade do século XX ver-se-á condicionado por múltiplos factores, desde elementos relativos à evolução interna económica, política e mesmo social, até fenómenos do sistema internacional, que conheceu profundas transformações políticas e económicas, conflitos generalizados e processos de integração e que afectarão o posicionamento dos dois Estados, ora assumindo uma afinidade com as ideias generalizadas, ora entrando em ruptura, colocando em causa as opções políticas internas de cada país.

Neste processo, também a própria emigração portuguesa se transforma, em quantidade, tipologia e destino, dados todos esses condicionalismos. Entre 1900 e 1950, segundo os dados estatísticos[1], saíram do país 1 297 751 indivíduos, por via legal, tendo, desse total, 917 340 sido com destino ao Brasil (gráficos n.º 1 e 2).

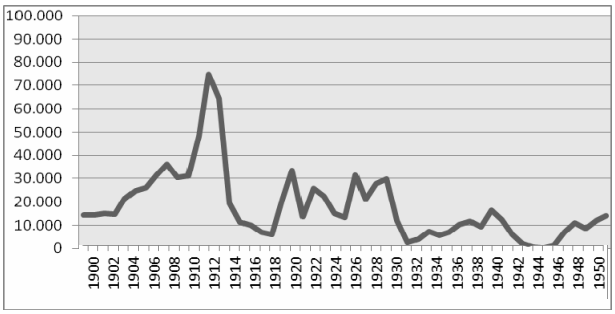
Gráfico n.º 1
Movimentos Emigratórios Portugueses



Fonte: INE. *Anuário Demográfico*, 1950, 1951, 1952.

[1] INE. *Anuário estatístico*, 1950-1952.

Gráfico n.º 2
Emigrantes portugueses em direcção ao Brasil (1900-1950)



Como podemos verificar, os movimentos migratórios para o Brasil acompanham, na generalidade, as tendências gerais dos fluxos nacionais para o estrangeiro, sendo sempre o primeiro destino, dirimindo-se desta tendência o período da Primeira Guerra Mundial, onde, embora exista um pico de saída de nacionais entre 1914 e 1916, esse aumento do número de efectivos destinou-se a outros destinos que não o Brasil, já que este mantém a tendência decrescente nesses anos. Nas décadas de 1930 e 1940, apesar da redução no volume geral de efectivos, a saída de portugueses continua a focalizar-se grandemente no Brasil, tendo em conta o tratamento diferenciador que os nacionais portugueses irão obtendo gradualmente ao longo da vigência de *varguismo* no Brasil, apesar dos constrangimentos legislativos e além de outros condicionalismos nacionais e internacionais. De facto, as dificuldades surgem logo desde os anos de 1930, exigindo ao governo português a resolução das repatriações, da diminuição das remessas dos emigrantes para Portugal, bem como o problema da empregabilidade dos repatriados e da acção e pressão directa da comunidade portuguesa já radicada em território brasileiro e dos próprios diplomatas.

Em termos gerais, analisaremos estes fluxos migratórios, dividindo a primeira metade do século XX em quatro espaços temporais delimitados, tendo em conta as alterações políticas conjunturais portuguesas, nomeadamente:

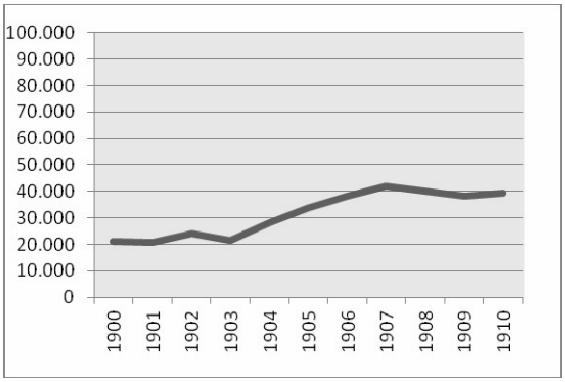
- 1900-1910 – período de transição entre a Monarquia e a I República, onde verificamos uma tendência de crescimento na saída de portugueses em direcção ao Brasil;
- 1911-1926 – vigência conturbada da I República em Portugal, onde verificaremos que a conjuntura internacional terá um grande impacto nos contingentes emigratórios, ora fomentando-a, ora limitando-a drasticamente;

- 1927-1945 – período marcado pela vigência simultânea dos regimes do Estado Novo;
- 1946-1950 – período onde assistimos a uma viragem política no Brasil, convergindo de acordo com o sistema internacional, enquanto em Portugal verificamos um rigidez política e um consequente isolamento deste para com os paradigmas do mesmo sistema.

1. Período de 1900-1910

Na primeira década do século XX, saem legalmente de Portugal 347 502 indivíduos, destinando-se ao Brasil 260 627. Este período reflecte a instabilidade nacional e internacional herdada dos últimos anos do século anterior. As sucessivas crises internacionais, o alinhamento dos países europeus em blocos opostos e a instabilidade política marcam o cenário internacional.

Gráfico n.º 3
Contingente migratório para o português para o Brasil (260 627)



Ao nível bilateral, podemos caracterizar este período como uma década de *relacionamento de retórica*, onde ambos os países se encontram distantes, não só pela disparidade de regimes políticos, mas pela própria conjuntura continental de cada um. No Brasil temos a manutenção da república velha, enquanto em Portugal a monarquia dá os seus últimos fôlegos, incapaz de ter uma posição preponderante ao nível nacional e mesmo internacional. Mas o fim do regime monárquico em Portugal colocará ainda maiores dificuldades no relacionamento bilateral, e mesmo durante todo o período da I República, esse será relegado para segundo plano, já que os sucessivos governos republicanos portugueses vão centrar as suas atenções em questões internas.

Gráfico n.º 4
Esquema geral do período 1900-1910

De facto, durante este período assistimos a um diálogo bilateral retórico com uma capacidade de concretização quase nula, ou seja, apesar da realização de inúmeros eventos que procuram manter vivo os elos luso-brasileiros, como é exemplo a visita do presidente português ao Brasil e do reatamento e restabelecimento formal de relações diplomáticas após os diferendos que surgem nos finais do século XIX, as concretizações operacionais serão escassas[2].

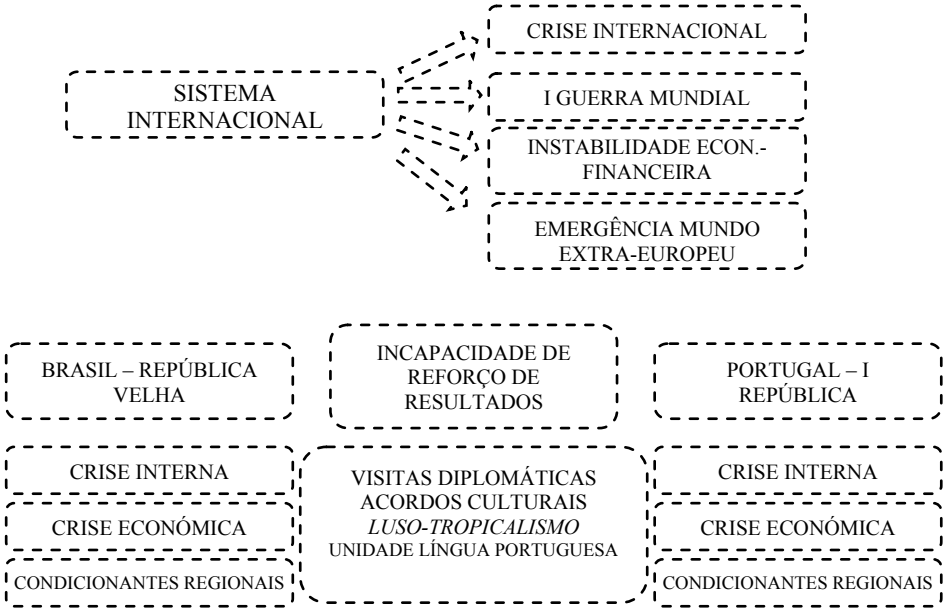
Apesar das relações cordiais existentes entre o governo brasileiro com o regime monárquico deposto, o reconhecimento da República Portuguesa será imediato e no dia 6 de Outubro, o ministro do Brasil em Lisboa, José Pereira da Costa Mota, recebe instruções telegráficas do seu governo, autorizando-o a entrar em relações com o Governo Provisório português, presidido na altura por Teófilo Braga, comunicando-lhe oralmente que o reconhecimento formal do novo regime se efectuaria quando o governo brasileiro tivesse conhecimento de que a maioria da nação portuguesa apoiava o novo regime republicano[3] e, em 22 de Outubro, recebe instruções para reconhecer formalmente a República portuguesa, em virtude do governo da Argentina ter decidido fazer o reconhecimento imediato.

[2] MAGALHÃES, 1999: 75-79.
[3] Esta posição era idêntica à dos EUA.

2. Período de 1911-1926

O segundo período da nossa análise caracteriza-se por uma das conjunturas mais conturbadas do século XX, não só ao nível internacional com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o impacto económico e político que teve em todos os países conduzindo à Grande Depressão, mas também ao nível nacional, com as transformações e instabilidade inerente aos regimes português e brasileiro (*vide* esquema seguinte). Além disso, outra característica importante deste período será a emergência do mundo extra-europeu nas relações internacionais. Ou seja, o velho continente europeu deixa de ter um lugar de primazia nos destinos do sistema internacional, passando a existirem outros actores de grande relevância, como os EUA ou a Rússia (futura URSS).

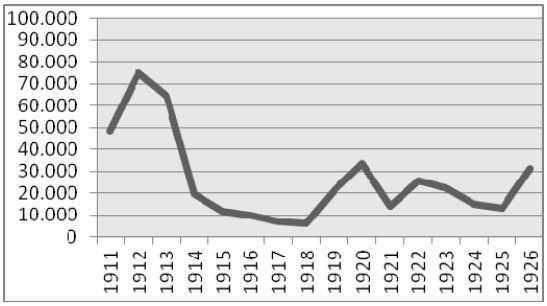
Gráfico n.º 5
Esquema geral do período 1911-1926



Ao nível nacional, o governo republicano português manifestou logo a sua intenção de intensificar e consolidar as relações com o Brasil (como um dos vectores estratégicos da sua política externa), designando como representante diplomático no

Rio de Janeiro, António Luiz Gomes, importante figura do Partido republicano[4]. Mas, apesar das intenções demonstradas, o relacionamento bilateral permanecerá estagnado durante toda a I República, diminuindo o volume das vagas migratórias portuguesas em direcção ao Brasil, não só pela instabilidade do país, mas também pelas dificuldades logísticas de emigrar para o outro lado do Atlântico e pelo reforço da atractividade de outros destinos. Entre 1911 e 1926, saem de Portugal 625 008 indivíduos, sendo desse total 417 507 para território brasileiro.

Gráfico n.º 6
Contingente migratório para o português para o Brasil – 1911-1926 (417 507)



A gradual aproximação iniciada durante a I República, embora ténue em resultados estratégicos e operacionais, reflecte-se, no entanto, em diversas demonstrações: visitas recíprocas dos presidentes, designadamente de Epitácio Pessoa (8 de Junho de 1919) e de António José de Almeida (17 de Setembro 1922), da elevação das legações em Lisboa e no Rio de Janeiro ao nível de embaixadas como referido, da travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral; na celebração do centenário da independência do Brasil (17 de Junho de 1922), entre muitos outros acontecimentos[5], como o envio para o Brasil, em Dezembro de 1920, dos corpos do imperador D. Pedro II e da imperatriz D. Teresa Cristina, sepultados no panteão de São Vicente de Fora[6].

A missão portuguesa que acompanhou o presidente português em 1922 tencionava negociar diversos convénios[7], mas o único acordo assinado foi uma convenção sobre propriedade literária e artística, só ratificada a 4 de Abril de 1924. Ao nível económico, nada de concreto foi conseguido, já que a tentativa de um acordo comercial,

[4] Em Julho de 1912, este foi substituído por outra figura importante do Partido, e nascido no Brasil – Bernardino Machado.
[5] CERVO, 2000: 263-270.
[6] MAGALHÃES, 1999: 141.
[7] MAGALHÃES, 1999: 83.

com diversas reduções tarifárias e aduaneiras, não teve qualquer sucesso devido a novas disposições proteccionistas que são entretanto introduzidas na pauta brasileira.

Desta busca de um novo espírito de aproximação, realçamos diversos autores e até de diplomatas e políticos, que defendiam a *luso-brasilidade* e o *reforço da comunidade luso-brasileira*. Estes depoimentos a favor de uma verdadeira comunidade luso-brasileira continuarão a encontrar, durante a coexistência do Estado Novo brasileiro e português, além do pensamento favorável dos dois líderes políticos, a subsidiariedade de muitas figuras públicas que defendem publicamente este projecto, onde realçamos o nome de dois dos seus expoentes máximos: Gilberto Freyre[8]; e João Neves de Fontoura (embaixador brasileiro em Lisboa, entre 1943 e 1945), os quais influenciarão a aproximação entre os dois regimes autoritários, ao nível espiritual e pragmático.

Das tentativas encetadas ao longo da I República portuguesa fica, assim, apenas o "eco de uma renovada aproximação afectiva dos dois povos, sem grandes efeitos práticos"[9], já que poucas realizações são efectivadas, não apenas pela fraca incapacidade de ambos os países para atingirem resultados práticas (instabilidade política interna permanente), mas também pelas próprias condicionantes regionais continentais de cada um, que influenciavam a sua postura ao nível internacional.

Toda essa instabilidade, aliada à Primeira Guerra Mundial marcarão grandes flutuações nos fluxos migratórios para o Brasil. Como podemos analisar no gráfico *supra*, existe um elevado número de saídas até ao início da guerra mundial, embora se verifique a partir de 1911 um acentuado decréscimo (à medida que o mundo se prepara para a guerra). O aumento das vagas apenas se fará sentir novamente entre 1919 e 1920 (final da guerra e Europa destruída) e, posteriormente, apenas no final da I República e nas vésperas da Grande Depressão.

3. Período de 1927-1945

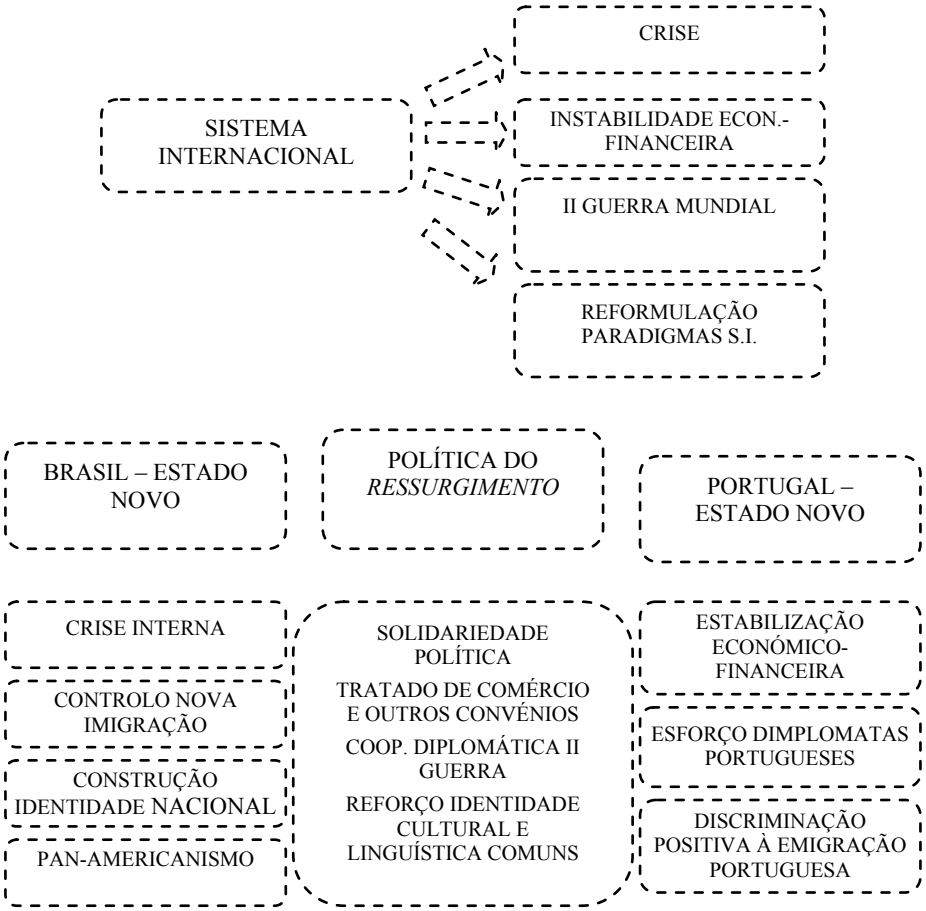
A instabilidade difusa que caracteriza as relações internacionais, essencialmente depois do *crash* da Bolsa em Nova Iorque, repercute-se nas opções políticas, económicas e sociais que cada um dos países adopta para responder a essa mesma instabilidade, após o esgotamento dos regimes republicanos, que não haviam conseguido subtrair à espiral depressiva os alicerces socioeconómicos nacionais. De facto, "antes

[8] Gilberto Freyre apresenta, pela primeira vez, o conceito de *luso-tropicalismo* como condição que tinha levado o povo português a promover a interpenetração racial, linguística e cultural, combinando a cultura europeia com a cultura tropical, e que tinha influenciado de forma crucial a formação da própria nação brasileira. Ver MAGALHÃES, 1999: 278.
[9] MAGALHÃES, 1999: 84.

de acabada a construção de um mundo novo após a guerra, já este principiava a desagregar-se"[10].

Após a ambiguidade e incompreensão gradual no relacionamento luso-brasileiro entre os governos republicanos, temos uma nova tentativa de aproximação já que ambos os países entram em processos políticos, ideológicos e governativos internos similares, através da actuação centralizadora e ditatorial de Oliveira Salazar e Getúlio Vargas, que definem como objectivo implementar um novo *projecto de regeneração nacional* e uma nova concepção da postura do seu país perante a *ordem mundial* e os restantes actores internacionais.

Gráfico n.º 7
Esquema geral do período 1927-1945



[10] NOGUEIRA, 1977: 127.

Neste período existe, assim, um empenho governativo para aprofundar as ligações bilaterais, embora constrangidos por ligações a outros actores internacionais que não permitem conceder a esta ligação um papel central em todas as áreas, devido a imposições geográficas e/ou político-económicas. Com efeito, o Brasil deu primordial relevo nas suas relações externas ao princípio do pan-americanismo, enquanto Portugal se tornaria gradual e exageradamente fechado sobre si mesmo (primordialmente após 1945) e sobre o império ultramarino, além da centralidade dada aos outros vértices da sua política externa – Grã-Bretanha, Espanha e Santa Sé.

Embora os resultados económicos não conheçam, a curto e médio prazo, qualquer desenvolvimento assinalável que conseguisse relançar esse intercâmbio, a colaboração luso-brasileira permitiu, não só a manutenção dessa comunidade transatlântica cultural e de afecto, mas também a efectivação duma unidade linguística permanente e de dividendos favoráveis ao nível prático e ao nível político, pelo apoio ideológico, oficial e operacional[11]. Um dos principais factores que corroboram a relevância deste relacionamento bilateral surge da consciencialização recíproca da importância da comunidade e do espaço luso-brasileiro no mundo e do esforço permanente (essencialmente do lado português) para efectivar todos os mecanismos para a sua concretização.

Relativamente às relações económicas, o valor e o peso das transacções bilaterais manteve-se inalterado, existindo mesmo períodos de recuo significativos, provocados pelas crises depressivas mundiais e pela incapacidade dos próprios mercados nacionais. O Tratado de Comércio e Navegação (1933)[12] não passará de letra morta e nem a própria Missão Especial Portuguesa de 1938 ou o Protocolo Adicional ao Tratado de 1941[13] conseguirão animar o intercâmbio comercial[14]. Todas as fórmulas económicas projectadas pelos dois governos nunca se libertam da posição nacionalista e proteccionista subjacente às características intrínsecas dos regimes, condicionando qualquer possibilidade de expansão do intercâmbio económico bilateral.

Ao nível da esfera política e diplomática, existem três grandes assuntos dominantes: o tratamento dispensado à emigração portuguesa no Brasil e as questões relacionadas com a nacionalidade (e dupla nacionalidade); a negociação e concreção de convénios bilaterais no sentido de obter mais-valias eficientes; e a cooperação efectiva luso-brasileira desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial. É sobre o primeiro que este trabalho procura reflectir.

O objectivo central da cooperação político-diplomática bilateral era o de reforçar o espírito de pertença a uma mesma comunidade de valores, paralelamente à solidifi-

---

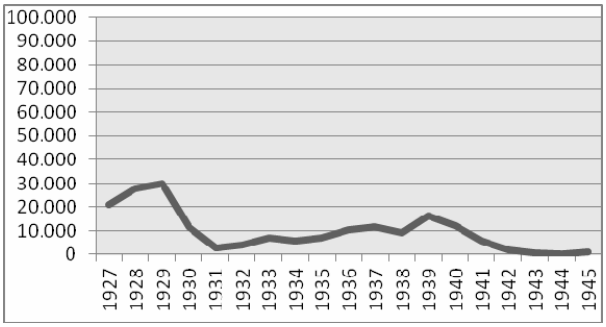
[11] SANTOS, 2010: 128.
[12] TRATADO DE COMÉRCIO entre Portugal e o Brasil, assinado em 26 de Agosto de 1933, no R. J.. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 3P A12 M312, § 2.º e 3.º do Preâmbulo.
[13] "Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio entre Portugal e o Brasil, assinado em 21 de Julho de 1941, em Lisboa", in *Diário do Governo*, n.º 175 de 30 de Julho de 1941, p. 685-986.
[14] SANTOS, 2010: 129-130.

cação, regeneração e homogeneização interna das duas nações, contra todas as outras influências e pressões internas e/ou externas que se faziam sentir especialmente no território brasileiro (e.g. a pressão nativista ou as influências italiana, nipónica ou norte-americana). Nesse sentido, o governo brasileiro vai concedendo à colónia portuguesa um regime de excepção à sua legislação nacionalista, quanto à entrada, permanência e acesso ao trabalho pelos imigrantes[15] portugueses, nomeadamente:

- o reconhecimento e a preferência pela imigração portuguesa e o esbatimento gradual das exigências para a entrada e permanência no território;
- a concessão de situações de privilégio para os cidadãos portugueses quanto ao acesso ao trabalho em geral e a algumas profissões específicas (e.g. as actividades liberais ou relacionadas com a actividade portuária/marítima);
- as excepções dadas às associações socioculturais da colónia portuguesa – permitindo-se a sua manutenção sem a obrigatoriedade de controlo por brasileiros;
- o tratamento especial dispensado por todas as entidades governativas brasileiras aos representantes diplomáticos e consulares portugueses.

Apesar das restrições e generalizações iniciais, a situação vai sendo aligeirada para os cidadãos portugueses, permitindo uma quase equiparação plena aos direitos dos brasileiros natos em diversos sectores da vida em sociedade (com excepção dos direitos e deveres políticos).

Gráfico n.º 8
Contingente migratório para o português para o Brasil (1927-1945)



De um total de 252 597 efectivos, 186 489 portugueses entram ente período no Brasil, o que demonstra que, apesar da escolha de outros destinos (entre os quais estavam as colónias portuguesas, para onde se favorecia a ida de nacionais), o Brasil continuou ainda a ter a primazia.

[15] Sobre a principal legislação brasileira, deste período, acerca da imigração, ver PAULO, 2000: 604-605.

Como podemos verificar graficamente, a quebra acentuada de 1930-1931 deve-se essencialmente às leis restritivas aplicadas desde Outubro de 1930 pelo governo varguista e, embora estas se mantenham relativamente à entrada de novos imigrantes, Portugal alcançará diversas discriminações positivas que lhe permitem um relativo aumento até 1940, altura em que assistimos a um novo decréscimo (especialmente nos anos de 1942 a 1945), devido aos constrangimentos logísticos e de mobilidade inerentes à guerra, mas também devido ao facto do Brasil passar a centrar-se na sua beligerância activa no conflito mundial.

Consideramos esta fase como um período de reforço da dialéctica luso-brasileira, concordando com a ideia de "[política e] propaganda do ressurgimento"[16] entre os dois regimes, que resulta das características e necessidades próprias dos modelos governativos autoritário e resultará numa concertação bilateral que, não só ajuda a maioria da comunidade portuguesa já estabelecida no Brasil (apesar do receio das naturalizações massificadas), como permitirá a manutenção da entrada de novos imigrantes no país.

4. Período de 1946-1950

Perante os pressupostos enunciados, verificamos que se defendia que a cooperação e a solidariedade transatlântica luso-brasileira favoreciam a defesa da integridade territorial e política dos dois países, ao mesmo tempo que se abria espaço para uma nova importância geopolítica, dado o posicionamento no Atlântico, tão importante para a decisão final do conflito.

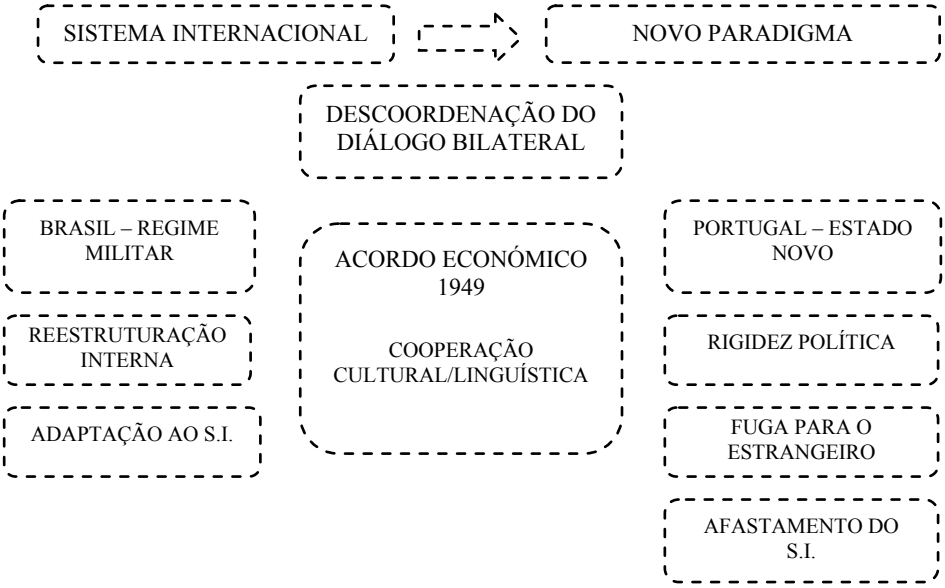
Todavia, nos últimos anos da primeira metade do século observamos uma nova transformação radical dos paradigmas onde se alicerçam os fundamentos do sistema internacional, situação que conduzirá a uma nova descoordenação do diálogo bilateral. Ou seja, enquanto assistimos a uma mudança de regime no Brasil, situação que implica uma reestruturação profunda do país e da sua adaptação ao sistema internacional; Portugal isola-se e endurece as suas opções políticas, não se identificando nem moldando aos valores parlamentaristas, de autodeterminação dos povos e democráticos da conjuntura ocidental.

O período após o fim da Segunda Guerra Mundial não se distingue muito das características anteriores, em termos de resultados, apesar de novas realizações específicas, o que demonstra que os mesmos problemas e as mesmas dificuldades relacionais persistiriam após o derrube do *Estado Novo* no Brasil. Essas contrariedades e

[16] HENRIQUES, 1999: 49.

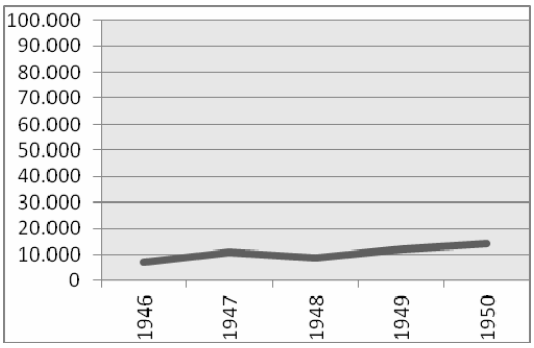
obstáculos resultam de todas as condicionantes intrínsecas e extrínsecas aos dois países, tantas vezes incontornáveis e fora do controlo dos chefes políticos nacionais.

Gráfico n.º 9
Esquema geral do período (1946-1950)



Em termos legais/oficiais, os dados estatísticos da saída de novos emigrantes indicam a saída de Portugal de 72 644 indivíduos, dos quais 52 717 se continuam a dirigir para o Brasil. Todavia, sabe-se que a partir desta fase, a fuga clandestina de portugueses para o estrangeiro será um facto da maior relevância.

Gráfico n.º 10
Contingente migratório para o português para o Brasil (1946-1950)



O novo esfriamento/afastamento político e ideológico bilateral deste período (e subsequentes) evidenciam-se, assim, também na cadência cada vez menor de emigrantes portugueses que escolherão o Brasil como destino final. E esta situação será ainda mais acentuada à medida que o governo salazarista se isola politicamente e estagna ao nível económico, o que conduzirá à desertificação laboral do nosso país, agora dirigindo-se para novos territórios europeus e extra-europeus (França, EUA, entre outros).

Considerações finais

A primeira metade do século XX, devido às vicissitudes que verificamos em Portugal e no Brasil, bem como no próprio sistema internacional, prejudicando na maioria das vezes a possibilidade de reforço do relacionamento bilateral, por razões políticas, económicas, sociais e mesmo operacionais, no que se refere à capacidade de transpor a distância imposta pelo Atlântico, pode ser descrita como um período de esforço para o reforço deste relacionamento, mas onde os resultados são escassos por diversas razões: intrínsecas à situação de cada país e às opções de cada regime vigente; e extrínsecas, resultantes das convulsões do sistema mundial e das transformações profundas dos próprios valores onde esse se baseia.

Apesar das concretizações surgirem mais amiúde durante a vigência simultânea dos regimes do Estado Novo, os resultados práticos para esse reforço, como verificámos, continuam a ser exponencialmente ultrapassados pelos relacionamentos que, quer Portugal, quer o Brasil desenvolvem com outros países, bilateralmente e/ou multilateralmente, e condicionados pelas opções políticas de cada governo.

Face a estas condicionantes, também as vagas migratórias portuguesas em direcção ao Brasil se encontram permeáveis e evidenciam as características da época. Assim, em termos sintéticos, poderemos concluir que, estes movimentos, durante este período estiveram directamente dependentes:

- das condições económico-financeiras nacionais e internacionais, as quais tinham implicação directa na própria escolha do destino de emigração;
- dos regimes políticos vigentes em cada país e das próprias directrizes políticas seguidas, quer ao nível da entrada e/ou residência de estrangeiros, quer ao nível das grandes orientações de relacionamento internacional;
- da convergência/divergência dos regimes políticos em relação ao paradigma vigente no sistema internacional, situação que implicaria a sua menor ou maior aceitação nesse sistema e a própria potencialização da possibilidade de

estabelecimentos de protocolos ou regimes de discriminação positiva para os cidadãos dos respectivos países;

- das linhas de força da política externa de cada regime;
- da permeabilidade a pressões regionais/internacionais;
- da importância da relação bilateral entre Portugal e o Brasil (existente em cada um dos governos), em cada um dos períodos analisados nesta reflexão;
- da atractividade de outros destinos internacionais e da capacidade socioeconómica dos próprios indivíduos;
- e, finalmente, das condições logísticas que se ofereciam para potencializar o alcance da "terra prometida".

Fontes e Bibliografia

Fontes

ATLÂNTICO. Revista Luso-Brasileira. 1.ª Edição, n.º 1-6. Lisboa: Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, 1942-1945.

COLECÇÃO de Legislação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional (1911-1927).

DIÁRIO do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional (1910-1926).

DOCUMENTAÇÃO diplomática referente ao período 1925-1950 – Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa.

DOCUMENTAÇÃO sobre o Estado Novo no Brasil, disponível na internet em: <www.cpdoc.fgv.br>, <http://www.republicaonline.org.br>, www.crl.edu/info/brazil/pindex.htm.

Bibliografia

CARONE, Edgard, 1982 – *A República Nova. 1930-1937* (3.ª Edição). São Paulo: Difel.

CARONE, Edgard, 1976 – *A Terceira República. 1937-1945* (2.ª Edição). São Paulo: Difel.

CERVO, Amado Luiz, 2002 – "As Relações entre Portugal e o Brasil – o peso da História". *Lusíada*. Revista de Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, n.º 3. Porto: Universidade Lusíada.

FERRO, António, 1943 – *Dez anos de política do espírito*. Lisboa: Edições SPN.

GONÇALVES, Williams da Silva, 2003 – *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

HENRIQUES, Raquel P., 1990 – *António Ferro. Estudo e antologia*. Lisboa: Edições Alfa.

INE. *Anuário Demográfico*. 1950, 1951, 1952. Lisboa: Imprensa Nacional.

MEMÓRIAS e comunicações apresentadas ao congresso luso-brasileiro de história (VII Congresso). Comissão Executiva dos Centenários. Vols. 9, 10 e 11. Lisboa: Editora Bertrand, 1940.

MAGALHÃES, José Calvet de, 1999 – *Breve História das Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal.* São Paulo: Editora Paz e Terra.

MAGALHÃES, José Calvet de, s/d – *Economia de Guerra e Comércio Externo*. Relatório de 1943. A.H.-D. do M.N.E.

MAGALHÃES, José Calvet de, 1997 – *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores.

MENEZES, Pedro Ribeiro de, 2001 – "As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal". *Negócios Estrangeiros*, n.º 2. Lisboa.

MIRANDA, Jorge, 1993 – *Manual de Direito Constitucional. Preliminares – O Estado e os Sistemas Constitucionais*, Tomo I, 5.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora (*Os sistemas constitucionais do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa*).

NOGUEIRA, Franco, 1977 – *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, vol. II. Coimbra: Atlântida Editora.

PAULO, Heloísa, 2000 – *Aqui também é Portugal. A Colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.

PAULO, Heloísa, 1994 – *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – "Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional", in MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. BAURU: Edusc.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.), 1996 – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes. Venda Nova: Bertrand.

SANTOS, Paula Marques dos Santos, 2005 – *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*. Tese de Doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Policopiada).

SANTOS, Paula Marques dos Santos, 2006 – "The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – the relationship between the two national experiences of the Estado Novo", in E-journal of Portuguese History, vol. 4, number 2, winter 2006. Disponível na internet em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph>.

SANTOS, Paula Marques dos Santos, 2007 – *Sumários desenvolvidos da unidade curricular de Política Externa Portuguesa no século XX*. Porto: Universidade Lusíada (Policopiado).

SANTOS, Paula Marques dos Santos; FERREIRA, Jenifer, 2007 – "A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais (1918-1940)". *População e* Sociedade, n.º 15. Porto: CEPESE.

SOUSA, Fernando; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (orgs.), 2010 – *As Relações Portugal – Brasil no século XX*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos.

SKIDMORE, Thomas, 2007 – *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

TELO, António José, 1996 – "Política Externa", in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, 2.º volume. Venda Nova: Bertrand.